





que podem minimizar os impactos do transtorno relacionados ao processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar, onde a criança convive regularmente.

Um dos objetivos deste artigo é conscientizar os profissionais da área da educação, no desafio da inclusão escolar. De acordo com Camargo e Bosa (2009), oportunizar ao autista a convivência com outras crianças permite que a criança autista desfrute de um ambiente saudável, onde ela terá uma boa interação social e conseqüentemente um bom desempenho escolar, além de exercer o seu direito à educação e à permanência na rede regular de ensino.

## 2. Contexto histórico do Transtorno do Espectro Autista

Na década de 1940, dois médicos austríacos descobriram simultaneamente a síndrome do autismo, Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944). O autismo infantil foi denominado inicialmente pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner em 1943 como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, uma patologia que se estrutura nos primeiros anos da vida. Kanner observou que os indivíduos autistas possuíam peculiaridades comportamentais bastante específicas, por exemplo: déficit no uso da linguagem para comunicação, resistência à mudança ou insistência na monotonia, distúrbios nas relações afetivas, O psiquiatra Rossano Cabral entre outras características.

Em 1944, Hans Asperger intitulou o autismo em seu estudo como Psicopatia Autística, a partir de uma investigação que apontou características semelhantes às observadas por Kanner, tais como: uso dificultoso da fala, desajeitamento motor e um transtorno na integração social das crianças. O que difere a Psicopatia Autística, de Asperger (1944) do Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, de Kanner (1943), é que para Asperger, as crianças autistas compensavam suas deficiências por um bom nível de inteligência e comunicação (linguagem).

Após as primeiras pesquisas sobre o autismo, na década de 50, houve muita confusão sobre a origem do autismo. A crença mais comum era a possibilidade da “mãe geladeira”, de que o autismo era causado por pais que tratavam seus filhos com frieza afetiva. O psiquiatra Rossano Cabral Lima (2014, p. 111), nos dá a seguinte interpretação sobre essa hipótese de Kanner (1949):







interpretar sinais, piadas e expressões de sentido figurado; dificuldade em realizar leitura de expressões faciais; apresentam episódios de riso em momentos inadequados e dificuldade em exercer a teoria da mente.

Muitos dos rótulos atribuídos às crianças com TEA estão relacionados ao comportamento que característico de: isolamento, movimentos estereotipados como balançar as mãos, interesse restrito por determinado assunto, sensibilidade de sentidos (audição, tato, paladar, visão, olfato), além de excessiva necessidade e dependência de rotina e rituais

Os primeiros sinais do TEA podem surgir já nos primeiros 6 meses de vida e como não há diagnóstico através de exames, o diagnóstico clínico começa a ser realizado através das observações realizadas pela família. No Sistema Único de Saúde é obrigatória a aplicação do teste M-chat por pediatras em bebês de até 36 meses para a identificação dos sinais e a indicação de investigação com especialistas, caso seja necessário.

#### **4. Direitos e as possibilidades de trabalho com essas crianças na sala de aula**

A criança autista, assim como todo cidadão brasileiro, tem direito à educação e à permanência na rede regular de ensino assegurados pela Constituição Federal Brasileira de 1988. O governo ainda deve prover serviços de apoio especializado na escola regular para atender à singularidade dos alunos que necessitam de uma educação especial, assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Artigo 58.

Em 2008 o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acesso, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). Esse profissional, especializado em Educação Inclusiva, costuma utilizar o método TEACH – Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação – baseado em uma avaliação que aponta as preferências e as dificuldades da criança autista, buscando adaptações no ambiente e tarefas, criando também um sistema de comunicação. Lembrando que toda criança autista tem direito a um acompanhante especializado no





ambiente escolar, desde que seja comprovada a sua necessidade, de acordo com a Lei nº 12.764/2012.

Nos dias de hoje, existem alguns métodos simples que podem ser utilizados por qualquer profissional da educação para que haja uma melhoria contínua no aprendizado da criança autista no âmbito escolar. Pequenas atitudes, como realizar atividades curtas, utilização de imagens e gestos simples para melhor compreensão, fazer uso de materiais que são da preferência da criança, explicações breves e estimular atividades de interação mínima podem fazer com que a criança acompanhe melhor as aulas, consiga absorver todo conteúdo apresentado e se desenvolva cognitivamente.

## 5. Conclusão

Após um longo percurso de estudos científicos e teóricos que se iniciou na década de 1940 para a definição e diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), finalmente em 2013, com o DSM V, o transtorno passa a ocupar, sem subdivisões, a categoria dos Transtornos do Neurodesenvolvimento.

Conhecer as características básicas do TEA possibilita que o professor reveja suas práticas e invista em estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, não somente a apropriação de conhecimento técnico, como também no alcance da autonomia e independência saudável desse sujeito.

Na esfera legal, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Artigo 58 para fundamentar essa inclusão.

Crianças com TEA possuem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que garanta sua participação e acesso aos conhecimentos escolares, de forma que respeite a sua condição, incluindo PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, quando necessário, assim o currículo é adaptado para a criança de acordo com aquilo que é mais importante atingir em termos educacionais. A inclusão deve ser feita de forma intencional e com objetivos claros. Conhecer a realidade de





vida da criança e estabelecer parceria com a família podem facilitar e melhorar o processo de inclusão para todos. É importante que as escolas promovam um ambiente acolhedor e atividades pedagógicas que se encaixem no perfil da criança autista, para que ela possa receber um ensino de qualidade e se sentir incluída.

## Referências

CAMARGO, Sígilia Pimentel Höher and BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo**. Psic.: Teor. e Pesq. [online]. 2012, vol.28, n.3, pp.315-324. ISSN 0102-3772. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000300007>>. Acesso em: 15 fev. de 2021

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Rev. soc. bras. fonoaudiol. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-80342008000300015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342008000300015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 fev. de 2021.  
Convida educação. Página disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2204/atendimento-educacional-especializado-o-que-e-para-quem-e-e-como-deve-ser-feito>>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

JUSBRASIL. Página disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-58>>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

KANNER, Leo. **Les troubles autistiques du contact affectif**. Tradução de Martine Rosenberg. ARAPI, pp. 5-27, jun. 1995. Disponível em: <<http://www.resodys.org/IMG/pdf/kanner-scan.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2021.  
Klin, Ami. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Rev. Bras. Psiquiatr. vol.28 suppl.1 São Paulo May 2006

LIMA, Rossano Cabral. **A Construção Histórica do Autismo (1943-1983)**. Ciências Humanas e Sociais em Revista, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1,p. 109-123, 2014.  
OLIVEIRA, Leny; BARBOSA, Zenilda. **Desafios do Ensino Aprendizagem da Criança Autista na Educação Infantil**. 2018. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/desafios-do-ensino-aprendizagem-da-crianca-autista-na-educacao-infantil.pdf>>. Acessado em: 04/02/2021

Ponce, J. O., & Abrão, J. L. F. (2019). **Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo**. Estilos Da Clinica, 24(2), 342-357.  
SANTOS, Bianca Goulart. **A Garantia do Direito à Educação da Criança Autista**. PUCRS, 2018. Disponível em: [https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/bianca\\_santos.pdf](https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/bianca_santos.pdf). Acessado em: 04/02/2021

